

BRASIL: UM PAI ENCORAJA PARA UMA VIDA “DIFERENTE”

Ro'otsitsina (Tsitsina)
rootsitsina@gmail.com

Na impossibilidade de um encontro presencial, contactamos Ro'otsitsina Xavante, pela sua rede social, enviei-lhe algumas perguntas e ela, prontamente, respondeu:

Tsitsina Xavante é Mestre em Desenvolvimento Social, uma ativista do movimento das mulheres indígenas, ela nos escreveu, inicialmente, sobre ela e depois acerca das relações de violência de gênero, que, como ela própria disse, é uma bandeira que começou a ser levantada, com muito cuidado, nas aldeias, pois, é preciso lembrar que “Nós mulheres não somos parte do povo, nós somos o povo”, afirmou Ro'otsitsina. “Então, violando uma menina, violando uma mulher, você está violando o povo”.

Na minha aldeia



Fonte: Arquivo pessoal da autora, Tsisina e o Bakté¹ foto de Giovanni B. Bello Neto (2018).

¹Bakté é um cesto que aprendemos a fazer de geração em geração e tem muitos tamanhos e é utilizado no dia a dia da aldeia. A matéria-prima é o broto do buriti, sendo a atividade de coleta uma função das mulheres, que sabem a técnica de corte, a quantidade, o tamanho e preparo do material para a confecção deste objeto. Depois de retirados os brotos, eles são desfiados e separados pelo comprimento de cada tira, que determinará o tamanho da peça a ser elaborada e também o seu formato. O cesto nas aldeias Xavante é utilizado nas atividades cotidianas para a coleta de frutas

Há cerca de 70 anos que os A'uwe Uptabi, conhecidos como Xavante, em meio do cerrado mato-grossense, localizados na região central do Brasil, tiveram o primeiro contato com o mundo exterior no Brasil. Antes disso, eles mantinham isolamento voluntário em meio a maior savana brasileira em transição com a floresta amazônica.

Eu, Ro'otsitsina (Tsitsina), sou filha mais nova de Mário Juruna, meu pai aprendeu o português e ter novos costumes como usar roupas, após os primeiros contatos com os não indígenas na década de 1950. Juruna, tornou-se o primeiro indígena a ocupar o cenário político nacional no Congresso Brasileiro (1983-1987), nesse período em 1985 nasce Tsitsina.

Antes de seu pai morrer (2002), ele não a autorizou a começar a namorar, com 15 anos de idade. Ele queria que eu continuasse estudando, para um dia contribuir com minha família e meu povo através desses conhecimentos educacional, e poder chegar a qualquer lugar que eu quisesse. Ele disse que, mesmo se eu me casar, eu deveria ser financeiramente independente. Entre os 11 filhos, sou a única que chegou a terminar a faculdade, e obter um diploma de mestrado. Até agora, não optei por casar e ter filhos, pelo menos não ainda.

No entanto, recentemente, minha família tem insistido para que eu tenha filhos, antes que tarde, podendo ter dificuldades naturais para engravidar por conta da idade. Meu povo Xavante, tem a tradição da poligamia, sendo aceitável ter relacionamentos com cunhados, mas eles também percebem que eu vivi de uma maneira diferente. Um primo, me disse, que eu devo pensar bem, em ter pelo menos um filho, para que a história de nossos ancestrais, nossos avôs, e pais não termine comigo, que é preciso deixar a história de nossa família, de nosso povo continuar.

e castanhas, carregar a carne das caçadas, transportar lenha para as casas, guardar objetos e roupas no interior das casas, além também de serem muito usados pelas mulheres para transportarem as crianças quando são pequenas. Os cestos são muito usados durante os rituais, cerimônias e festas tradicionais que acontecem nas aldeias, por isso ele é considerado um objeto que faz parte da cultura deste povo, pela sua importância no cotidiano e também como uma forma de marcar a identidade desses indígenas com base no formato de cesto que é peculiar desta etnia.

As preocupações que tenho em relação a saúde sexual e reprodutiva de meu povo, incluem a observação de que muitas pessoas esperavam para ter um segundo filho até o primeiro ter entre dois e três anos, mas agora as mulheres costumam ter filhos uma vez por ano durante muitos anos. Tabus extremos em torno de falar abertamente sobre sexo e sexualidade significam que muitas pessoas têm pouca ou nenhuma informação sobre seus próprios corpos ou não sabem explorar o sexo com responsabilidade. Os serviços de saúde indígena estão disponíveis, mas não são usados regularmente, com isso aumentaram os riscos de doenças devido à prática de ter múltiplos parceiros sexuais dentro das famílias.

Muitas meninas se casam aos 14 ou 15 anos, e tem filhos muito jovens. Algumas estão felizes por constituir uma família. Mas eu gostaria que elas tivessem outras perspectivas, em especial na questão educacional, familiar e profissional, para que tenham oportunidade de novas opções. Senão você sempre vai optar com a vida “natural”, por nunca ter tido novos estímulos.

Mas buscar alternativas, não é fácil para as meninas. O deslocamento para cidade mais próxima é caro, a comunidade não tem acesso à internet, embora tenha rede de eletricidade. O povo Xavante é patriarcal, onde os papéis e o trabalho são definidos entre os homens e mulheres, contudo ambos se respeitavam e valorizavam uns aos outros. Mas após contato na década de 1950, a sociedade passou por mudanças, pois a cultura é dinâmica. Neste caso, a dinâmica não foi para o fortalecimento das capacidades das meninas e mulheres xavante, tornando extraordinariamente difícil para as meninas obter motivação para seguir seus sonhos.

As palavras de meu pai, foram essenciais para que eu me sentisse encorajada em ter novas perspectivas de vida. Com experiências no meio educacional e político, me levaram a ser uma das mulheres Xavante com potencial e capacidade em contribuir pela defesa dos direitos humanos ao meu povo, e com a diversidade de 305 povos indígenas no Brasil.

Atualmente, sou defensora dos direitos humanos a povos indígenas, com atuação colaborativa no movimento de mulheres indígenas, Articuladora política da Namunkurá Associação Xavante/NAX e Mestre em Desenvolvimento Sustentável CDS/UnB.

“Dizer que nós mulheres indígenas não enfrentamos violência de gênero é mentira”

Tsitsina e as crianças



Fonte: Arquivo pessoal da autora. Foto de de Giovanni B. Bello Neto (2018).

Águeda (A). Tsitsina, gostaria que contasse um pouco sobre o Movimento de mulheres indígenas.x

Tsitsina (T). Aqui no Brasil, existem várias organizações de mulheres indígenas. Aqui tem a Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia, tem a União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira, tem o Movimento de

Mulheres do Xingu.

A. Você considera que o movimento de mulheres indígenas se assemelha em todas as etnias?

T. Algumas organizações de mulheres indígenas, como a Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia, que eu tenho acompanhado, têm como pauta não somente o que já tem no movimento misto, entre homens e mulheres, que é a defesa da terra, do território indígena, o direito à saúde e à educação, mas também as especificidades. Por exemplo, a saúde da mulher tem muitas particularidades. Não é só mulher na questão do gênero, mas da mulher desde quando ela é menina, passando pela puberdade. A educação é uma questão em comum com o movimento misto, mas dependendo do povo, pode trazer questões específicas também. Por exemplo, tem povos onde as mulheres casam cedo, com 15, 16 anos. E nem todas permanecem na escola depois que casam. Não que seja proibido estudar, mas porque elas não conseguem conciliar o estudo com a casa e a família. Então como fazer com que essa jovem mulher indígena perceba que ela tem capacidade para fazer tudo? É difícil, mas é o melhor para ela e para a família.

A. Como tratar as questões das mulheres respeitando a organização, os rituais de cada povo, por exemplo, no casamento?

T. Para nós xavante, por exemplo, o que delimita a idade não é a fase de adolescência como está no Estatuto da Criança e do Adolescente. Se você chegar na minha comunidade e vir uma menina de 14 anos, você pode achar que ela é uma menina, uma adolescente, mas para nós ela já é uma jovem. A gente se divide por grupos etários, que mudam a cada cinco anos. Ninguém vai perguntar quantos anos você tem, mas sim qual o seu grupo etário. Os meninos, por exemplo, quando são crianças eles não têm a orelha furada, tem um tempo que eles ficam numa casa de reclusão e é quando tem a perfuração da orelha. Depois disso, não são mais meninos, tampouco adolescentes. São homens. Então ao menos no meu povo, não temos essa classificação de adolescentes, mas acaba-se usando o termo por ser compreensível a sociedade não indígena

A. Sabemos que a luta contra a violência de gênero tem sido enfrentada pelas mulheres ocidentais esta é, também, uma luta para as mulheres indígenas?

T. Sim. Dizer que nós mulheres indígenas não enfrentamos violência é mentira. Sim, existe, só que às vezes é uma violência velada. Às vezes camuflada pela própria mulher, às vezes pela família, ou pela liderança. Alguns povos ou algumas organizações de mulheres indígenas conseguem debater com mais consciência. Mas tem povos onde esse assunto é visto como tabu. Uma vez eu escutei uma fala de Elisa Pankararu, uma parente de Pernambuco, e ela falou

“violência não foi deixada pelos meus ancestrais. Violência não é uma herança. Isso não pode ser visto como algo normal”. Se isso acontece, a mulher precisa reagir, a família precisa reagir e aquela comunidade também precisa reagir. Elisa, com essa fala, traz à tona a questão da responsabilidade. Nós mulheres não somos parte do povo, nós somos o povo. Então, violando uma menina, violando uma mulher, você está violando o povo. Ou seja, qualquer pessoa que faça mal a mim, que machuque fisicamente ou verbalmente a mim, ou a qualquer mulher, ele está fazendo algo contra o meu povo e a minha cultura.

A. Fale sobre o papel da mulher nas sociedades indígenas.

T. Eu acredito que é preciso falar sobre isso. Mas vejo como um processo. A cultura é dinâmica, não é estática. Talvez há 100, 500 anos, quando não existia o trabalho assalariado, o estudo fora da aldeia, falar sobre isso seria estranho até. Mas hoje, nós mulheres precisamos ter oportunidades iguais no processo educacional, no conhecimento. Precisamos ter o direito de escolha. Eu tenho 35 anos, não sou casada e não tenho filhos, mas eu tive escolha. Tem meninas que não têm. Mas eu tive escolha não porque eu tive uma personalidade feminina que me inspirasse ou que falasse sobre os meus direitos. Foi por uma personalidade masculina, meu pai. Quando eu tinha 14 anos eu queria namorar, mas meu pai não deixou. Ele disse que eu deveria estudar, trabalhar, ser independente. Ele disse “não quero que você dependa de um homem ou de qualquer pessoa para se vestir, se alimentar. Eu quero a sua independência, pessoal e profissional”. Na época eu achava um absurdo porque todas as minhas irmãs casaram, namoraram e eu nem podia namorar. Hoje eu percebo que meu pai estava com uma mente muito avançada para a época dele.

A. E como ficam os homens na relação com o movimento de mulheres?

T. Precisamos ter o apoio dos homens. Não adianta falar de Lei Maria da Penha só entre mulheres se o homem não está escutando. Porque a mulher vai estar empoderada, mas o homem vai dizer a ela que ela quer confrontá-lo. Acredito sim que há momentos em que a união é necessária, mas há momentos em que a gente precisa ficar em um espaço de confiança só entre mulheres. Até para poder se abrir sobre determinados assuntos.

A. Como você se vê nesse movimento de mulheres indígenas?

T. Há mulheres que se destacam. Eu não me vejo como uma liderança. Me vejo como uma porta-voz. Porque há contextos culturais internos onde para ser líder é preciso passar por alguns processos. Mas uma coisa eu já falei **“Nós mulheres não somos parte do povo, nós somos o povo. Então, violando uma menina, violando uma mulher, você está violando o povo”**

A. E tem uma questão de hierarquia, posso dizer assim?

T. Sim. E querendo ou não, tem a ver com uma questão familiar, de casar e ter filhos. E eu não quero ir para o confronto cultural por conta disso. Pelo contrário, cada um tem seu tempo. Eu vivo em mundos, o não indígena e os indígenas, são mundos diversos dentro de “um mundo” e a gente que vive esse mundo mais para fora, acaba percebendo algumas coisas mais rápido do que quem está o ano todo diretamente na aldeia. Eu preciso então respeitar o tempo do outro, não posso chegar impondo. Por isso não me vejo como uma liderança de fato. Para mim, uma liderança feminina do meu povo é aquela que detém todo o conhecimento familiar de maneira geral, além do conhecimento político e estratégico. Eu tenho esse lado mais político, mas não tenho esse lado mais interno e familiar. Por isso me considero uma porta-voz para aquelas que não falam português. Quando eu chego na aldeia, elas perguntam o que está acontecendo na cidade. Aí eu digo: vamos comigo na próxima reunião. E elas dizem “ah, eu não quero. Mas quando você chegar, me conta?”. Então eu não posso chegar e obrigar, dizer que tem que ir, tem que participar. Ela quer ter informação, quer saber o que está acontecendo, mas não quer estar participando direto.

A. Tsitsina, sabemos que uma das principais bandeiras do movimento feminista em todo o mundo é para a descriminalização do aborto. As mulheres indígenas têm discutido este tema?

T. Pelo que eu tenho acompanhado, não chega a ser uma pauta prioritária. Pelo que eu tenho vivido, deve acontecer, mas não é exposto. Não chega nem a ser uma pauta no movimento de mulheres indígenas.

A. Além da violência de gênero, fale de outras lutas do movimento de mulheres indígenas?

T. Acredito que a questão territorial. A gente só vai conseguir ter educação e saúde se a gente tiver o nosso território e se tiver a sustentabilidade desse território. Não adianta ter o território demarcado se a gente não tiver segurança para viver nele.